

# 2021

REVISTA HISTORIAS DEL ORBIS  
TERRARUM

ISSN 0718-7246, AÑO 2021, NÚM. 26

<http://www.orbisterrarum.cl>



## **Circulação, recepção e usos do cristianismo no Império Bizantino tardo-antigo: um estudo de caso**

Circulation, reception and uses of Christianity in the Early Byzantine Empire: a case study

Renato Viana Boy\*

Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó-Brasil

**Resumo:** No início do século IV, o cristianismo deixou de ser uma religião perseguida pelo Império Romano. No fim do mesmo século, havia se tornado a religião oficial dos romanos. Pretendemos aqui analisar as circulações e usos do cristianismo nesse período, junto ao poder imperial em Constantinopla. Para tanto, analisaremos dois casos pontuais: o de Constantino, através de seu biógrafo, Eusébio de Cesareia, e Justiniano, que no século VI empreendeu as chamadas Guerras de Reconquista, sendo registradas por Procópio de Cesareia na *História das Guerras*.

**Palavras-chave:** Cristianismo, poder imperial, Constantino, Justiniano, sincretismo.

**Abstract:** At the beginning of the fourth century, Christianity ceased to be a religion persecuted by the Roman Empire. By the end of the same century, it had become the official religion of the Romans. We intend to analyze the circulations and uses of Christianity in that period, acting with the imperial power in Constantinople. For this, we will analyze two specific cases: Constantine, through his biographer, Eusebius of Caesarea, and Justinian, who in the 6th century commanded the Wars of Reconquest, being written by Procopius of Caesarea in the *History of the Wars*.

**Keywords:** Christianity, imperial power, Constantine, Justinian, syncretism.

\* Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Professor de História Antiga e Medieval da Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó-Brasil. Contato: renatoboymedieval@gmail.com

## **CIRCULAÇÃO, RECEPÇÃO E USOS DO CRISTIANISMO NO IMPÉRIO BIZANTINO TARDO- ANTIGO: UM ESTUDO DE CASO**

Renato Viana Boy

Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó-Brasil

### **I- Apresentação da proposta**

O século IV é um período dos mais importantes da história do Império Bizantino e do cristianismo enquanto uma religião institucionalizada numa hierarquia eclesiástica. Isso porque, no campo imperial, este século se inicia com o longo governo de Constantino (306 – 337), que transforma a cidade de Bizâncio numa grande capital imperial, que passou a levar o seu nome, rebatizada então como Constantinopla. Já no plano religioso, o cristianismo experimentava, pela primeira vez, a liberdade de culto e o fim das perseguições políticas aos seus praticantes. Mais do que isso, o século IV testemunhou o início de uma relação sincrética entre o poder imperial, e a própria construção de uma identidade bizantina, junto ao cristianismo, que perduraria por toda a Idade Média. Neste artigo, nos propomos a refletir sobre a circulação, recepção e usos do cristianismo no Império Bizantino, tendo como estudo de caso documentos escritos por historiadores contemporâneos a dois importantes imperadores: Constantino, no século IV, e Justiniano, no VI. O objetivo é compreender como os preceitos e dogmas da religião cristã circularam dos espaços de culto aos da corte imperial, marcando presença nos relatos tanto de Eusébio de Cesareia, sobre Constantino, quando de Procópio de Cesareia, sobre o governo de Justiniano.

Primeiramente, é importante mencionar que o cristianismo é uma religião monoteísta e, mais do que isso, exclusivista. Ou seja, é uma religião que tem como dogma fundamental a crença num único Deus, sendo este a única divindade verdadeira. Consequentemente, as

divindades de toda e qualquer outra prática religiosa eram consideradas falsas. Só havia lugar para um Deus verdadeiro, e esse Deus era o Deus cristão.

Como afirmou Patrick Geary, em *O mito das nações*, no século III os cristãos formavam um grupo de “monoteístas radicais”, que rejeitavam os tradicionais cultos de Roma e também aqueles que foram romanizados pelo Império no período expansionista.<sup>1</sup> Isso fazia dos cristãos não apenas um grupo não integrado ao Império, mas um grupo que sofria perseguições por parte da estrutura de poder imperial romana, provocando um receio “irracional”, segundo Geary, tanto nos cidadãos romanos, quanto naqueles que defendiam uma ordem imperial.<sup>2</sup>

Entretanto, esse quadro passou por bruscas mudanças no século IV. Primeiro, quando, em 313, foi promulgado o Edito de Milão, concedendo aos cristãos liberdade de culto e de suas práticas religiosas, garantindo o fim das perseguições a este grupo por parte das forças do Império. Depois, no período de governo do imperador Teodósio (379 – 395), o cristianismo viria a se tornar a religião oficial e a única permitida no Império Romano.

Desde então, no plano teórico, o Império Romano deveria ter e defender uma só religião, com suas práticas compartilhadas por toda a população, tendo como uma de suas principais características o monoteísmo. Uma só religião, com uma só divindade. Lançando um olhar superficial para essas transformações, seria demasiado simplório ao historiador acreditar que, no período tardo-antigo,<sup>3</sup> o Império Bizantino se apresentava com uma população que compartilhava de práticas religiosas e uma doutrina homogênea, cujos ritos e manifestações da espiritualidade se repetiriam pelos distintos espaços e entre suas centenas de milhares de habitantes de maneira mais ou menos próxima.

Bem diferente disso, o que encontramos entre os séculos IV e VI é um período de formação e construção do cristianismo, tanto nas suas concepções teológicas, quanto no seu processo de institucionalização e estruturação de sua hierarquia eclesiástica. O cristianismo saía, assim, da clandestinidade e da periferia das práticas religiosas para, primeiro gozar de

---

<sup>1</sup> Geary, Patrick, *O mito das nações. A invenção do nacionalismo*, Conrad Editora do Brasil, São Paulo, 2005, pp. 86-87.

<sup>2</sup> Geary, Patrick, *O mito das nações*, Op.cit., p. 87.

<sup>3</sup> A compreensão de período tardo-antigo é tomada neste artigo a partir da obra *The World of Late Antiquity. AD 150-750*, publicada por Peter Brown, em 1971.

liberdade de culto entre seus fiéis e, na sequência, ocupar o lugar central das práticas religiosas e da própria identidade bizantina.

É importante destacar que o cristianismo não tinha uma ortodoxia teológica já definida e completa no século IV. Ao contrário, desde o fim das perseguições até o século VI, testemunhamos a realização dos primeiros cinco concílios ecumênicos da Igreja, num trabalho constante e permanente pela elaboração de fundamentos dogmáticos que pretensamente pudessem ser vivenciados e plenamente aceitos por toda a *oikouméne* cristã.

É preciso compreender que os debates pela construção da ortodoxia cristã envolviam diretamente disputas pelo exercício do poder sobre a hierarquia eclesiástica bizantina, fosse pelo governo imperial, fosse na busca pela supremacia disputada entre as sés de Roma e Constantinopla. Nesse sentido, cabe ressaltar que, num período de disputas pelo poder em Constantinopla, fosse no plano da política imperial, fosse no eclesiástico, os debates teológicos envolvendo a doutrina cristã, sua ortodoxia e, conseqüentemente, comportamentos que não se enquadravam nessa teologia e eram rotulados como “heréticos”, era um campo ainda aberto a debates, tensões e à busca por uma unidade religiosa.

É a essa religião, que ainda se debruçava na construção de seus fundamentos dogmáticos, que a estrutura de governo bizantino se unia, para não mais se separar ao longo de todo o período medieval. Neste artigo, propomos algumas reflexões sobre a relação do poder imperial bizantino para a elaboração de alguns preceitos religiosos do cristianismo e, por outro lado, a importância desta crença para a construção de um modelo político e de uma identidade imperial bizantina desde os primeiros séculos da Idade Média.

A ideia de um sincretismo entre a política imperial bizantina, entre os séculos IV e VI, e a religião cristã, será nossa chave de leitura dos documentos propostos. Compreendemos essa ideia de sincretismo não a partir de uma relação institucional, entre o governo imperial e a Igreja cristã em formação. Apesar de lidarmos com histórias escritas sobre imperadores, nos interessa aqui buscar compreender como preceitos religiosos do cristianismo circularam entre uma incipiente Igreja que se institucionalizava e a mais alta hierarquia de poder político imperial em Constantinopla. Nesse sentido, estamos pensando numa mesma esfera na qual religião e política se entrelaçam de maneira inseparável e quase indissociável, permitindo que uma autoridade do governo não apenas colocasse um fim nas

perseguições imperiais aos cristãos, mas também participasse ativamente dos debates sobre os dogmas do cristianismo nos primeiros Concílios Ecumênicos. Em contrapartida, essa autoridade política recebia da religião cristã fundamentos ideológicos que seriam fulcrais não apenas para a legitimação de uma autoridade de poder político, mas também a construção de uma identidade imperial bizantina, a partir de fins do século IV.

Através de um breve estudo sobre a relação entre a natureza do poder político imperial e a religião cristã, nos dois casos específicos a serem analisados aqui, vislumbramos a compreensão de um sincretismo entre dois espaços identitários em construção: de um lado, os debates sobre os primeiros dogmas do cristianismo e, do outro, a construção da identidade de um Império Romano cristão e helênico no medievo oriental. Pensar na relação destas duas esferas de maneira sincrética pode nos permitir compreender melhor a circulação e a interdependência destes dois campos, possibilitando uma percepção mais complexa sobre a institucionalização da Igreja cristã em Bizâncio e a construção de uma autoridade imperial cujo poder (e a própria identidade do Império) passou a ter como fundamento de seu exercício os preceitos de uma nova religião monoteísta.

Para este estudo, vamos lidar como documentos principais com dois textos de história bizantino: a *Vita Constantini*, de Eusébio de Cesareia, e a *História das Guerras*, de Procópio de Cesareia. Um primeiro elemento a ser abordado é a conhecida narrativa sobre a visão de Constantino, nas vésperas da batalha da ponte Mílvia, presente na *Vita Constantini*. Dialogando com essa fonte, trabalharemos também com excertos do primeiro Concílio Ecumênico da Igreja, reunido na cidade de Nicéia, no ano 325. Caberá uma breve reflexão sobre as primeiras relações institucionais que fundamentaram o início de uma tradição conciliar na Igreja cristã, tendo sido convocada pelo imperador Constantino, um governante que, embora tivesse beneficiado os cristãos com o fim das perseguições pelo Império, ainda não tinha se convertido à nova fé.

Num segundo momento, nos interessa compreender como o historiador Procópio de Cesareia construiu suas narrativas sobre o governo de Justiniano, no século VI, como um imperador vencedor e representando um período de glórias e conquistas. Tanto na obra *Das Construções*, quanto na coleção intitulada *História das Guerras*, Procópio narra ações

militares e fundamentos do poder político imperial em Justiniano diretamente vinculados aos preceitos do cristianismo.

Para os dois casos selecionados para esta reflexão, não consideramos a ideia de uma união do temporal e do espiritual, ou do religioso e do político, compreendidos como dois campos em diálogo e interação no mundo bizantino do período. Diferente disso, a chave de leitura projetada sobre os documentos aqui propostos é aborda-los como aspectos presentes, tanto nas descrições de Eusébio quanto nas de Procópio, como que formando uma única e mesma esfera de poder. Assim, não partimos aqui de duas naturezas distintas de poder, a espiritual e a política, em aproximação e interação. Mas de uma só natureza de poder, cuja essência era composta pelas prerrogativas do exercício político no governo imperial, fortalecido por fundamentos ideológicos e legitimadores advindos do espaço de crenças da fé cristã. Embora fosse uma mesma natureza de poder, cabe ressaltar o exercício dessa autoridade sobre duas hierarquias institucionais distintas: o Império e a Igreja de Constantinopla.

A justificativa para a escolha dos autores e textos se dá pelo fato de encontrarmos, tanto para o governo de Constantino como para o de Justiniano, historiadores que ficaram conhecidos por construírem uma imagem imperial de seus governantes. Além disso, tratam-se de imperadores que tiveram um tempo de governo que se estendeu por algumas décadas, num período de transição do antigo Império Romano para uma estrutura imperial cristã e helênica, tendo como sede do poder a cidade de Constantinopla, e não mais Roma, na Península Itálica, e também por serem contemporâneos de um período de intensos debates e disputas em torno dos dogmas fundamentais do cristianismo.

Para esta reflexão, temos como hipótese que, embora desde Constantino a Igreja tenha vivenciado um rápido processo de formação e consolidação de sua estrutura eclesiástica, com uma hierarquia organizacional própria, a relação entre o exercício do poder político e uma espiritualidade religiosa continuaram se emaranhando uma na outra. Embora esta não seja uma novidade para o período, nos interessa aqui refletir sobre a circulação de elementos especificamente cristãos, suas recepções e usos por parte dos dois imperadores aqui destacados para análise, para um estudo sobre a consolidação do exercício do governo imperial bizantino e a construção de uma identidade desde corpo político. Assim, a proposta

aqui não é avaliar apenas a relação entre política e religião, enquanto dois corpos distintos. Propomos compreender o cristianismo como uma religião com importantes singularidades em relação a outras práticas religiosas do período (como o seu monoteísmo de tipo exclusivista), e em um momento no qual saía do espaço das práticas periféricas e perseguidas, para se tornar uma religião não apenas livre no Império, mas que se consolidaria, em poucas décadas, como um componente fundamental para a compreensão do que era o Império Romano no período tardo-antigo.

## II- Constantino e a liberdade aos cristãos no século IV

A narrativa de Eusébio de Cesareia, na *Vita Constantini*, sobre uma suposta visão que o imperador Constantino teria tido às vésperas da batalha da ponte Mílvia, em 312, são muito conhecidas e trabalhadas pela historiografia.<sup>4</sup> Segundo Eusébio de Cesareia, seu biógrafo, Constantino teria tido uma visão de uma cruz no céu ao meio-dia, sob a qual havia a inscrição: “com este vencerás”.<sup>5</sup> Na sequência, Eusébio ainda relata um sonho narrado pelo imperador, no qual ele teria recebido de Cristo a ordem de confeccionar uma imitação do sinal visto por ele no céu durante o dia e “se servisse dele como um bastião nas batalhas contra os inimigos”.<sup>6</sup>

Não nos cabe aqui, ou em qualquer outro espaço da produção historiográfica, tentar definir cientificamente se o imperador “realmente” teria vivenciado uma experiência espiritual ou se teria agido com uma habilidosa articulação para favorecer um determinado grupo religioso do império. Ou ainda, se esses relatos foram fruto da criação narrativa de

---

<sup>4</sup> Sobre as descrições de Eusébio de Cesareia, a batalha entre Constantino e Maxêncio e os favorecimentos do imperador ao fim das perseguições imperiais aos cristãos no início do século IV, ver Odahal, Charles M., *Constantine and the Christian Empire*, Routledge, London, New York, 2004, pp. 84-105. Para conhecer mais da obra de Eusébio de Cesareia, sugerimos, dentro de uma vasta historiografia, os trabalhos de Inowlocki, Sabrina; Zamagni, Claudio (Orgs.), *Reconsidering Eusebius: Collected Papers on Literary, Historical, and Theological Issues*, Brill, Leiden, Boston 2011; Johnson, Aaron; Schott, Jeremy (Orgs.), *Eusebius of Caesarea: Tradition and Innovation*, Harvard University Press, Cambridge, 2013; Treadgold, Warren, *The Early Byzantine Historians*, Palgrave Macmillan, Londres, 2010, pp. 21-46; e Winkelmann, Friedhelm, “Historiography in the Age of Constantine”, In Marasco, Gabriele. (Org.). *Greek and Roman Historiography in Late Antiquity. Fourth to Sixth Century A.D.*, Brill, Leiden, 2003, pp. 3-41.

<sup>5</sup> Eusébio de Cesareia, *Vita Constantine*, I, 28.

<sup>6</sup> Eusébio de Cesareia, *Vita Constantine*, I, 29.

Eusébio, e não do relato de Constantino. Por outro lado, esse é o ponto de partida para nossa reflexão, pois identificamos aqui um passo fundamental na aproximação entre o poder imperial romano e o cristianismo, relação esta que permaneceria viva até a queda definitiva do Império, no século XV. Trata-se de um primeiro e historicamente marcado momento no qual os princípios do cristianismo circularam junto à autoridade imperial bizantina, sendo por ela tomado como estandarte e legitimação do fortalecimento do poder militar e político das tropas de Constantino no campo de batalha. Certamente, o resultado dos combates, que tiveram a vitória de Constantino sobre Maxêncio, fortaleceu a imagem de proteção dada pelos símbolos do cristianismo envolvidos na narrativa de Eusébio e pelo suposto contato espiritual do imperador com o próprio Cristo.

O ano seguinte é ainda mais significativo para as relações entre o cristianismo e o Império e, mais especificamente, o imperador Constantino. Nunca é demais lembrar que 313 é o ano da publicação do Edito de Milão, no qual o imperador concedia a tolerância e liberdade para que os cristãos cultuassem livremente sua fé e praticassem seus ritos sem as perseguições do Império.<sup>7</sup> Portanto, percebemos em Constantino, através das narrativas de Eusébio de Cesareia na *Vita Constantini*, uma tomada do cristianismo por parte do poder imperial que resultaria numa relação indissolúvel entre a religião cristã e a autoridade política bizantina ao longo de toda a Idade Média.<sup>8</sup>

Encerrado o período das perseguições, eclodiram no seio do cristianismo oriental intensos debates que lidavam não apenas com a estruturação institucional e hierárquica da

---

<sup>7</sup> A edição em espanhol da *Vita Constantini*, cuja tradução e notas são de autoria de Martín Gurruchaga, apresenta um debate historiográfico na nota de rodapé número 126, na página 192, sobre o Edito de Milão. Baseado em O. Seeck, afirma primeiro que o que a historiografia consagrou como o Edito de Milão, na verdade, não foi um edito, pois não era um texto inédito. Assim, não seria de Milão, mas de Nicomédia; não era de Constantino, mas de Licínio e, por fim, que não teria uma inovação, compreendendo que uma tolerância aos cultos cristãos já existia no ocidente desde 306. Por outro lado, há a menção de Eusébio de Cesareia a uma “Lei Perfeitíssima” (*História Eclesiástica* IX 9, 12), enviada por Constantino e Licínio a Maxêncio, na qual tem se buscado ver o Edito de Milão. De toda forma, há que se considerar que foi durante os primeiros anos do século IV que o cristianismo não apenas passou a ser uma prática religiosa tolerada e não mais perseguida no Império Romano, como a sua relação de aproximação com o poder imperial teria se fortalecido não apenas nas ações do imperador Constantino, mas também pelos registros de Eusébio na *Vita Constantini*. Cf. Eusébio de Cesareia, *Vida de Constantino*, Introdução, tradução e notas de Martín Gurruchaga, Editorial Gredos, Madrid, 1994, pp. 192-193.

<sup>8</sup> Para mais detalhes sobre as descrições de Eusébio de Cesareia, a batalha entre Constantino e Maxêncio e os favorecimentos do imperador ao fim das perseguições imperiais aos cristãos no início do século IV, ver Odahal, Charles M., *Constantine and the Christian Empire*, Op.cit., pp. 84-105.



Igreja, mas também com a questão dogmática e teológica da nova religião. Tratava-se da doutrina proposta pelo bispo alexandrino Ário, que afirmava que Cristo era uma criatura de Deus, não sendo, assim, da mesma natureza do criador. Não é nossa proposta aqui discorrer sobre os debates teológicos e doutrinários envolvendo o arianismo, mas apontar para o fato da existência de dissensões dogmáticas no interior do cristianismo desde os primeiros momentos de sua organização institucional e doutrinária.

O que nos interessa nesse ponto é refletir sobre a solução encontrada para essas disputas: a realização de um concílio ecumênico, com representantes de todos os bispados cristãos, visando o estabelecimento de uma possível unidade dogmática dentro do cristianismo. Este primeiro concílio, como é sabido, teve lugar na cidade de Niceia, no ano 325. Mas o que chama a atenção é que este concílio da Igreja foi convocado pelo imperador Constantino. Mais do que isso, cabe destacar como é feita a descrição do imperador neste documento, sendo apresentado como estando diretamente vinculado à crença cristã na Carta Sinodal do Concílio Ecumênico de Nicéia:

Porquanto o Grande e Santo Sínodo, que foi montado em Nicéia, *pela graça de Cristo e nosso mais religioso Soberano Constantino*, que nos trouxe para nos reunirmos, das nossas várias províncias e cidades, tem considerado as questões que dizem respeito à fé da Igreja, (...). (grifos nossos).<sup>9</sup>

Chamamos a atenção para o fato de que Constantino, embora tenha sido responsável por encerrar as perseguições ao cristianismo e por procurar uma solução para as desavenças doutrinárias desta religião, não tinha ainda se convertido ao cristianismo. Isso nos leva a afirmar que o primeiro Concílio Ecumênico da Igreja cristã foi convocado e presidido não por uma autoridade eclesiástica, mas pelo imperador romano que, neste período, ainda não havia passado pelo batismo cristão.

Isso não significa que Constantino não tenha atuado em favor dos cristãos nos anos que antecederam o Concílio de Nicéia, para além da concessão de liberdade de culto. Eusébio de Cesareia, na *Vita Constantini*, aponta uma série de narrativas nas quais o imperador apresentava um comportamento religioso próximo daquele dos cristãos, tendo favorecido a

---

<sup>9</sup> Primeiro Concílio de Niceia, 325.

construção de espaços de culto para o cristianismo, além de efetivamente atuar de maneira contrário às práticas pagãs.<sup>10</sup> Por outro lado, o batismo do Constantino à nova fé somente acontece quando o imperador está próximo do fim da vida, já no ano 337.<sup>11</sup>

A passagem acima citada não foi a única na qual o imperador foi mencionado vinculando sua autoridade política à espiritualidade religiosa ou um espaço de crença do mais alto grau. Em outro trecho, na mesma Carta Sinodal, além de salientar a presença do imperador nos trabalhos do concílio, o texto volta a destacar a religiosidade de Constantino:

Primeiro de tudo, então, na presença dos nossos *mais religioso Soberano Constantino*, a investigação foi feita de matérias referentes à impiedade e transgressão de Ário e seus adeptos, (...).<sup>12</sup>

Assim sendo, chama nossa atenção não apenas o fato de Constantino ser descrito como o “mais religioso Soberano”, o que não define especificamente sobre quais práticas religiosas o texto está se referindo, mas principalmente o fato de a convocação do Concílio ter como realizadores o imperador e a “graça de Cristo”, numa referência inequívoca de proximidade do poder imperial a uma das três personagens da Trindade Santa do cristianismo. Enfim, não parece haver dúvidas de que estamos diante de uma estrutura política não apenas preocupada com a solução de um problema dogmático numa prática religiosa que, nas primeiras décadas do século IV, estava longe de representar a maioria da população do Império.<sup>13</sup> Mais do que isso, vemos o poder imperial conduzindo um importante debate sobre a doutrina cristã, mencionada na documentação oficial como diretamente relacionado ao poder religioso do próprio Cristo, que era objeto central das discussões.

Destacamos ainda o fato de o primeiro Concílio Ecumênico da Igreja ter sido convocado por um imperador que, embora tivesse favorecido os cristãos desde o fim das

---

<sup>10</sup> Como exemplos, indicamos aqui algumas passagens da *Vita Constantini* com referências de favorecimento do imperador ao favor dos cristãos ou comportamentos que o aproximava das práticas e crenças cristãs: Livro I: capítulos 17, 24, 27; Livro II, capítulos 3, 24, 28, 55, 56, 57, 58, 59; Livro III, capítulo 2.

<sup>11</sup> Cf. Eusébio de Cesareia, *Vita Constantini*, III, 61-63.

<sup>12</sup> Primeiro Concílio de Niceia, 325.

<sup>13</sup> Steven Runciman afirmou que, quando da promulgação do Edito de Milão, em 313, os cristãos representavam cerca de um sétimo da população romana. Cf. Runciman, Steven, *A Teocracia bizantina*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978, p. 14.

perseguições em 313, ainda não tinha sido batizado na nova fé. Ele é o responsável pela convocação do concílio, se faz presente e, mais do que isso, preside as sessões, recebe a descrição de ‘religioso soberano’, tudo isso antes de ter sido batizado na nova religião.

Os demais concílios ecumênicos do cristianismo, ao longo de todo o primeiro milênio, foram também convocados pela autoridade imperial bizantina. Entretanto, desde o século V, as convocações se dão num ambiente no qual o cristianismo era a religião única do Império e, além disso, sendo um componente importantíssimo da composição da identidade romana medieval no oriente. O fato de o cristianismo ter saído da clandestinidade pouco mais de uma década antes do primeiro concílio, além de não ser a religião da maioria dos habitantes do Império, ter sido convocado e presidido por um imperador que, embora favorecesse a nova religião, não havia ainda se convertido, é o que torna a convocação e condução dos trabalhos em Nicéia um caso singular. Diz respeito não apenas à circulação do cristianismo junto à corte imperial de Constantinopla, num período que seus praticantes experimentavam seus primeiros anos livre das perseguições, mas também ao uso que o imperador fez desta religião no seu período de governo, registrado pelo seu biógrafo, Eusébio de Cesareia.

### **III- A presença do cristianismo nas descrições das guerras de Justiniano**

O segundo período recortado para esta breve reflexão é o século VI, durante as quase quatro décadas de governo do imperador Justiniano (527-565). Diferentemente do governo de Constantino, Justiniano recebeu de seu tio Justino (518-527) um Império cujas fronteiras estavam limitadas aos territórios romanos orientais, onde prevalecia a cultura helênica e a língua grega. Constantinopla era então a capital única e sede do poder imperial. Vale lembrar ainda que a cidade também era a sede da principal Sé do mundo cristão oriental.

Em complemento a esse novo cenário, é importante lembrar que, se Constantino atuou na liberdade, tolerância religiosa e fim das perseguições aos cristãos, Justiniano governa um império que tinha o cristianismo como a religião única e oficial, constituindo um importante aspecto da identidade romana medieval no século VI. Por conta destes aspectos, neste segundo recorte, encontramos o cristianismo não apenas circulando na corte imperial

bizantina, mas sendo um dos elementos a serem defendidos pelo imperador, como defesa de parte da estrutura política, institucional e identitária imperial.

Se Constantino teve em Eusébio de Cesareia, e em sua *Vita Constantini*, uma obra que consolidou a imagem do imperador para as gerações futuras do Império e também nos estudos historiográficos sobre o período, Justiniano também teve um historiador que trabalhou para a construção de uma imagem grandiosa e positiva de seu governo. Trata-se de Procópio de Cesareia. Este historiador tem duas importantes obras dedicadas ao engrandecimento de Justiniano enquanto imperador: o panegírico *Das Construções* e a *História das Guerras*.<sup>14</sup>

A *História das Guerras* é uma coleção de oito livros na qual Procópio se comprometeu a registrar os acontecimentos dos combates das tropas imperiais bizantinas, comandadas pelo general Belisário, contra os persas nas fronteiras orientais, e os vândalos e godos no ocidente mediterrânico. Procópio foi incumbido desta tarefa pelo próprio imperador Justiniano, acompanhando as tropas na condição de conselheiro do general. Segundo o historiador, era essa condição de testemunha dos acontecimentos a serem narrados que permitia a Procópio estar numa condição privilegiada para a composição de tais narrativas:

Além disso, ele [Procópio] não tinha dúvidas de que era especialmente competente para escrever a história daqueles eventos, se não por outra razão, porque caiu para sua sorte, quando foi apontado conselheiro do general Belisário, estar próximo de praticamente todos os eventos a serem descritos.<sup>15</sup>

O fato de Procópio ocupar um cargo oficial no império e ter sido incumbido de tais registros pelo próprio Justiniano, nos induz a acreditar que não só o historiador, mas também seus registros, estivessem refletindo uma posição e premissas oficiais do poder de imperial. Seria não só uma história sobre as guerras, mas uma história de glorificação e construção de

---

<sup>14</sup> A obra *História Secreta*, também de autoria de Procópio de Cesareia, contém as mais severas críticas do historiador ao casal imperial Justiniano e Teodora, além de críticas à própria política imperial e ao general Belisário, comandante das tropas militares bizantinas durante as chamadas Guerras de Reconquista de Justiniano. Entretanto, este livro não será abordado neste artigo, pois apesar da riqueza de suas descrições, ela não se enquadra no nosso recorte temático de circulações e recepções do cristianismo junto ao poder imperial bizantino no período tardo-antigo.

<sup>15</sup> Procópio de Cesareia, *História das Guerras. Guerra Persa*. I. i. 3.

uma imagem vitoriosa do imperador junto a seus leitores contemporâneos e também de gerações futuras. Um estudo cuidadoso desta obra confirma essa hipótese.<sup>16</sup>

Isso não significa que Procópio não conhecesse ou não percebesse problemas nessa política militar do imperador Justiniano, ou mesmo nas ações do general Belisário. Prova disso é que as principais e mais severas críticas de Procópio ao imperador, ao general Belisário e também à imperatriz Teodora, ficaram reservadas para outra obra, postumamente intitulada *História Secreta (Anedocta)*, e que só veio a ser conhecida do grande público séculos após a sua morte.

Tendo em vista esse comprometimento de Procópio nas obras aqui selecionadas, buscaremos compreender como o cristianismo se articula na suas narrativas, argumentações, fundamentações e usos para os desdobramentos dos conflitos. Interessa-nos também as descrições dos inimigos e dos aliados bizantinos, tanto para fundamentar aproximações, quanto para justificar ações violentas de ataque contra essas populações. O que pretendemos nas próximas páginas é buscar perceber a recepção do cristianismo de tradição ortodoxa, não apenas nas descrições procopianas, mas compreendendo que este historiador fala nas obras aqui trabalhadas para o Império governado por Justiniano no século VI.

Tomemos primeiro o panegírico *Das Construções*. Nele, Procópio relata a reconstrução da catedral de *Hagia Sophia*, em Constantinopla, após esta ter sido destruída durante a chamada Revolta de *Nika*, em 532. Sobre a destruição deste importante templo do cristianismo, relatou Procópio:

Alguns homens comuns da multidão, toda escória da cidade, uma vez ergueram-se contra o Imperador Justiniano em Bizâncio, quando provocaram a rebelião chamada de Insurreição de *Nika*, que tem sido descrita por mim em detalhes e sem qualquer ocultação no *Livro das Guerras*. E para mostrar que não foi apenas contra o Imperador que eles tinham levantado as armas, mas não menos que contra o próprio Deus, ímpios e miseráveis que eram, eles tiveram a audácia de incendiar a basílica dos cristãos, que as pessoas de Bizâncio chamavam *Sophia*, um epíteto que tinham

---

<sup>16</sup> Para conhecer mais sobre a vinculação de Procópio com o poder imperial de Justiniano na sua produção historiográfica (excetuando-se a *História Secreta*, como dissemos na nota 15), deixamos as seguintes sugestões de leitura: Cameron, Averil, *Procopius and the Sixth Century*, Duckworth, Londres, 1996; Kaldellis, Anthony, *Procopius of Caesarea: Tyranny, History, and Philosophy at the End of Antiquity*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 2004; Maas, Michael, *Age of Justinian*, Cambridge University Press, Cambridge, 2005; Treadgold, Warren, *The Early Byzantine Historians*, Op.cit., pp.176-226.

apropriadamente inventado para Deus, pelo qual eles chamam Seu templo; e Deus permitiu-os realizar esta impiedade, prevendo em que objeto de beleza este santuário estava destinado a transformar-se. Então toda a basílica, naquele tempo, tornou-se um monte de ruínas carbonizadas.<sup>17</sup>

É importante notar como, no século VI, o cristianismo se apresenta como quase indissociável da identidade romana medieval. Consequentemente, um ataque ao Império ou ao imperador, como aconteceu durante a Revolta de *Nika*, recebeu a interpretação no texto de Procópio de um ataque direto ao cristianismo e ao próprio Deus. A inter-relação entre elementos religiosos e políticos é muito rica nesse excerto. Primeiro, a mais clara, que considera a insurreição contra o imperador também como uma insurreição contra o próprio Deus. E a insurreição contra o poder político de Justiniano se apresentar através da destruição de um templo religioso, um espaço de culto. Ora, a destruição de *Hagia Sophia* só pode ser compreendida como um motim contra o poder imperial se considerarmos que este estava quase que indissociavelmente unido à religião cristã. Ou seja, é possível compreender essa revolta como não partindo de um espaço de relações entre diferentes esferas de poder que a historiografia tradicionalmente (e também por questões temáticas e metodológicas) separou entre político e o religioso, ou o temporal e o espiritual, mas de um espaço cultural no qual ambos estão indissociavelmente unidos e imbricados.

Segundo Michael Angold, desde Constantino, “Os imperadores romanos haviam cada vez mais adotado a ideia helenística de que o imperador participava do divino”.<sup>18</sup> Além do mais, desde os registros de Eusébio de Cesareia que o poder do autocrata bizantino era compreendido como de um vice-rei de Deus na terra, ou um rei-sacerdote, comparado a figuras veterotestamentárias.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> Procópio de Cesareia, *Das Construções*. I. i. 20-22

<sup>18</sup> Angold, Michael, *Bizâncio: a ponte da antiguidade para a Idade Média*, Imago, Rio de Janeiro, 2002, p.23.

<sup>19</sup> Para uma abordagem sobre o tema em trabalhos clássicos de estudos bizantinos, mencionamos Runciman, Steven, *A Teocracia bizantina*, Op.cit., pp. 29-46; Angold, Michael, *Bizâncio: a ponte da antiguidade para a Idade Média*, Op.cit., pp. 23-27. Para uma reflexão sobre o poder imperial e o cristianismo em Bizâncio, Ducellier, Alain, *Les Bizantines*, Histoire et culture, Éditions du Seuil, Paris, 1988, pp. 84-130. Importante mencionar aqui que os antigos e longos debates historiográficos sobre essa relação entre poder imperial e o cristianismo em Bizâncio não são compreendidos aqui pela lógica de poder cesaropapista. Embora não seja objeto de reflexão neste artigo, sugerimos para este debate, a obra Dagron, Gilbert, *Empereur et prêtre; étude sur le “cesaropapisme” byzantin*, Éditions Gallimard, Paris, 1996; e Taveira, Celso, *O modelo político da*

Assim, a catedral de *Hagia Sophia* se apresentava, no século VI, como o local no qual a autoridade imperial e a patriarcal de Constantinopla se encontravam e, em cerimônias que mesclavam a liturgia religiosa do cristianismo e ritos imperiais com a presença do autocrata, deixavam claro aos espectadores que o poder imperial bizantino estava indissociavelmente fundido aos preceitos do cristianismo. Consequentemente, a religião cristã era tomada não apenas como uma religião oficial do Império, mas como parte de identidade deste e de sua população, devendo ser mantida e defendida pelo governante. Segundo o historiador Celso Taveira, esses rituais de autoridade e poder, envolvendo imperadores, patriarcas e suas respectivas cortes, deveriam ser compreendidas pelos contemporâneos “como algo simbólico que estabelece os limites e as aproximações, marcando uma distância e ao mesmo tempo unindo *basileis* e sacerdotes. Mais que legitimidade constitucional, é legitimidade veterotestamentária e cristã”.<sup>20</sup>

É por conta deste cenário de uma complexa e intrincada relação entre a natureza da autoridade imperial bizantina e os preceitos da fé cristã (e não apenas de sua hierarquia eclesiástica, enquanto espaço de autoridade temporal) que Procópio de Cesareia se refere ao ataque à catedral de *Hagia Sophia*, durante a Revolta de *Nika*, como um ataque ao imperador e ao próprio Deus cristão. O fato de Procópio escrever o *Das Construções* em um momento no qual este processo já havia alcançado seu desfecho final e, por isso, sabendo que a catedral havia sido pomposamente reconstruída por Justiniano, permitiu ao historiador concluir o trecho acima citado com uma visão teleológica de uma vitória de um imperador que agia diretamente sob proteção divina. Daí a conclusão de Procópio de que “Deus permitiu-os realizar esta impiedade, prevendo em que objeto de beleza este santuário estava destinado a transformar-se”. Ou seja, o historiador narra essa destruição da catedral como não apenas “permitida” por um Deus onipotente, mas também inserida quase que num propósito divino de uma reconstrução, que a transformaria num templo ainda mais grandioso e, segundo suas narrativas, sob condução do governo de um imperador vitorioso e guiado pela divindade maior do cristianismo. Em outras palavras, percebemos aqui, uma vez mais, o uso dos

---

*autocracia bizantina; fundamentos ideológicos e significado histórico*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, Tese de doutorado.

<sup>20</sup> Taveira, Celso, *O modelo político da autocracia bizantina*, Op.cit., p. 306.

preceitos cristãos e da natureza do poder imperial bizantino em Procópio, para a construção de uma imagem de um imperador vitorioso e diretamente conduzido e protegido pelo Deus cristão.

Não seria de se estranhar que, nas descrições da reconstrução de *Hagia Sophia*, Procópio também concedesse um espaço de destaque para Justiniano como aquele que conduzia os trabalhos guiado diretamente por Deus:

De fato este, também foi uma indicação de respeito, em que Deus auxiliou o Imperador, em que Ele já tinha fornecido os homens que seriam mais prestativos ao Imperador nas tarefas que seriam levadas a público. E alguns podem com boas razões admirar-se pelo discernimento do Imperador, em que longe do mundano ele foi apto por selecionar os homens que eram mais apropriados pelos mais importantes de seus empreendimentos.<sup>21</sup>

Aqui, o fato de Justiniano ter escolhidos os melhores homens para a reconstrução daquela que seria a principal catedral do cristianismo ortodoxo bizantino, mais uma vez passa por uma condução e intervenção divina. Entretanto, é importante salientar que a relação entre o político e o religioso cristão no governo bizantino do século VI se referia diretamente à natureza do poder imperial, não emanando de Justiniano enquanto homem. As narrativas de Procópio, neste sentido, constroem um espaço de legitimação para que Justiniano não apenas ocupasse o poder imperial de maneira justa, mas também pudesse ser visto pelos seus súditos como merecedor do cargo que ocupava em Constantinopla. A construção deste fundamento de legitimação também faz uso da apropriação, por parte de Procópio, de elementos que vinculam diretamente o imperador a uma defesa da fé cristã, o que, segundo o historiador, não acontecia em tempos anteriores:

E encontrando a crença em Deus, que foi antes desse tempo perdida por erros e sendo forçada a ir a muitas direções, ele destruiu completamente todas as principais trilhas para tais erros, e a trouxe sobre o que apoiou na firme fundação de uma única fé.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Procópio de Cesareia, *Das Construções*, I. i. 26.

<sup>22</sup> Procópio de Cesareia, *Das Construções*, I. i. 6.



Essa luta pela manutenção de uma fé única e o combate aos praticantes de ritos religiosos não cristãos também serviu de fundamento para Procópio na *História das Guerras*. É sobre esse aspecto que trataremos agora.

Como mencionamos anteriormente, na *História das Guerras*, Procópio de Cesareia se dedicou a compor uma narrativa que pudesse ser a mais completa referente aos conflitos dos exércitos imperiais nas fronteiras orientais e mediterrânicas. Lembremos que Procópio foi incumbido destes registros pelo imperador Justiniano e ocupava, durante os combates, o cargo de conselheiro do general das tropas bizantinas. Por conta disso, como mencionado anteriormente, não seria difícil imaginar que a construção das narrativas da *História das Guerras* fosse de relatos comprometidos com o imperador e com sua política militar durante as mais de duas décadas de conflitos.

Extraímos algumas passagens destas narrativas que nos auxiliam a refletir sobre a problemática por nós proposta, qual seja, a dos usos e apropriações de elementos cristãos nos fundamentos políticos e ideológicos do poder imperial bizantino, neste caso, no período de Justiniano. Nos deteremos a compreender como o cristianismo foi tomado como fundamento argumentativo nas narrativas das *Guerras* para fundamentar tanto ataques a exércitos inimigos, quanto também a formação de alianças militares durante as batalhas. Nestes casos, buscaremos demonstrar que o cristianismo circula e se faz presente nas descrições de Procópio não como uma base doutrinária, mas como um comprometimento político do poder político e militar bizantino no decorrer dos conflitos contra persas, godos e vândalos no século VI.

Começamos por um trecho do livro VII, sobre a *Guerra Gótica*. Nele é narrada uma passagem na qual gépidas e lombardos teriam enviado mensageiros a Justiniano, visando a formação de uma aliança militar no ocidente. Um dos argumentos apresentados pelos lombardos (que posteriormente foram escolhidos pelo imperador), se fundamentava exatamente na fé comum existente entre estes e os romanos:

Mas te pedimos, ó Imperador, que depois cuidadosamente pesando o que nós temos dito menos adequadamente do que os fatos merecem, tome o curso da ação que redundará para o benefício de ambos, Romanos e Lombardos, chamando a atenção para isso, em adição a todas as outras

considerações, que enquanto os romanos tomarão partido justamente conosco, vendo que nós estamos em acordo desde o início em relação à religião, eles [gépidas] estarão em oposição (...) pela simples razão que eles são Arianos.<sup>23</sup>

O caso acima nos aponta para um elemento da circulação do cristianismo e dos seus usos na fundamentação dos argumentos das guerras para além das fronteiras do Império Bizantino. É uma proposta de aproximação e formação de aliança entre dois povos, alicerçada na defesa dos preceitos dogmáticos do cristianismo. Cabe ressaltar que essas pretensas alianças militares obedeciam, antes de tudo, aos interesses dos campos de batalha, não especificamente (ou exclusivamente) aqueles doutrinários ou dogmáticos. Por outro lado, destacamos que os usos dos argumentos de natureza religiosa estariam aqui presentes não como estratégia pura e simples de fortalecimento de tropas militares. Em nossa perspectiva de compreensão, o argumento religioso aqui é apresentado de maneira sincrética aos interesses nas guerras: afinal, defender o império era defender seus territórios, suas instituições e sua identidade. No caso desta última, ressaltamos que era romana, helênica e também cristã.

E neste caso específico, não se tratava, como nos tempos de Constantino, de um antagonismo ideológico e político entre cristãos e pagãos. Neste momento, os argumentos religiosos para fins militares eram fundamentados sobre as dissidências nas crenças cristãs, que separavam o cristianismo ortodoxo de práticas e ritos que, embora também cristãos, eram classificados como heréticos pela alta hierarquia da Igreja, fosse em Roma, fosse em Constantinopla. Assim, a fundamentação para uma possível aliança entre lombardos e as tropas do general Belisário não se pautava numa defesa do cristianismo frente a práticas típicas do paganismo, mas estavam diretamente vinculadas a uma defesa da ortodoxia cristã. Em outras palavras, neste caso não era uma defesa da fé, seus ritos e suas doutrinas, contra populações não cristianizadas, mas da possibilidade de dissensões e fragmentações em práticas e crenças que se distanciavam do dogmatismo definido em sínodos e concílios da Igreja, entre os séculos IV e VI.

---

<sup>23</sup> Procópio de Cesareia, *História das Guerras. Guerra Gótica*, VII, xxxiv, 24.

Esse não é um caso isolado na *História das Guerras*. Como exemplo, extraímos uma outra passagem, na qual encontramos o exército imperial buscando se articular, sob os mesmos argumentos, para propor uma aliança aos francos, na luta contra os godos na Itália. Segundo Procópio de Cesareia, Justiniano havia enviado uma carta aos reis francos propondo tal aliança. Os argumentos apresentados pelo imperador para convencer os reis francos estavam fundamentados na defesa da ortodoxia da fé praticada pelos dois povos, renegando os preceitos religiosos do Arianismo praticado pelos godos. Diz o texto da carta:

Por essa razão nós temos sido obrigados a tomar o campo contra eles [godos] e é próprio que vós [francos] devessem juntar-se a nós nessa guerra, que é feita suas tanto quanto nossa, não apenas pela fé de justo louvor, que rejeita a opinião dos arianos, mas também pela inimizade que ambos sentimos pelos godos.<sup>24</sup>

Os dois casos nos mostram que a circulação dos preceitos dogmáticos do cristianismo e suas recepções no espaço mediterrâneo, durante as guerras de Justiniano, não se cercavam apenas de questões relacionadas à fé e aos ritos religiosos. Para além disso, percebemos uma relação sincrética entre o religioso e o político, desaguando nas ações e decisões tomadas durante as guerras narradas por Procópio de Cesareia.

Situações como as apontadas acima nos permitem afirmar que a construção e defesa de uma ortodoxia não se resumia apenas ao campo da espiritualidade, das práticas religiosas e de suas doutrinas. Para além disso, o cristianismo pode ser percebido como um espaço no qual se desenvolvia também a construção da própria identidade romana medieval. Desta forma, as vivências do cristianismo, suas disputas teológicas, seus usos por parte de imperadores, patriarcas ou mesmo generais do exército não pode ser visto de maneira destacada em relação ao espaço político ou militar, ou ainda das disputas pelo exercício do poder e da autoridade imperial, dentro ou fora das fronteiras bizantinas. Por isso propusemos adotar a ideia de um sincretismo entre estes elementos como chave de leitura dos documentos apresentados.

---

<sup>24</sup> Procópio de Cesareia, *História das Guerras. Guerra Gótica*, V, v, 9.

#### **IV- Apontamentos finais**

A tradicional separação que a historiografia fez, por décadas, em estudos que distinguem os campos político, religioso ou militar, são construções narrativas que respondem muito mais às demandas do presente de seus pesquisadores do que, necessariamente, às premissas que encontramos no período estudado. As abordagens historiográficas identificadas como a história do cristianismo, história política do Império Bizantino ou história militar das guerras e conflitos nos primeiros séculos da Idade Média, tendem a destacar, pela documentação pesquisada, bibliografia estudada ou pela formação do historiador, apenas um aspecto de um processo que, para seus atores, se compunha de uma mesma esfera cultural, formada pela religião cristã de tradição ortodoxa, pela estrutura de poder político de um império de tradição também helênica, pelas relações com outras populações, fossem conflituosas ou diplomáticas, entre outros fatores. Os usos do cristianismo, sua circulação e distintas formas de recepção e usos, não dizem respeito apenas a aspectos teológicos e espirituais, mas estão indissociavelmente imbrincados com as disputas pelo exercício do poder e da autoridade imperial em Constantinopla. Além disso, é importante lembrar que a religião cristã se formou, nos primeiros séculos de institucionalização da Igreja, como um dos aspectos da identidade romana medieval, especialmente frente às estruturas imperiais e militares vizinhas, como a dos persas, dos godos e, mais tarde, dos árabes muçulmanos.

Não se trata de perceber os usos políticos do cristianismo ou, ao contrário, de uma religião que estrategicamente se unia a uma estrutura política imperial para fins de proteção, expansão ou, num primeiro momento, para conquistar a liberdade de seu culto e o fim das perseguições. Pensamos que o caminho para uma melhor compreensão é o olhar sobre o sincretismo do cristianismo em relação à construção de uma identidade imperial romana durante o período da Idade Média, que deveria ser defendida pelo seu governante maior.

Cabe destacar que tomamos o cristianismo aqui como uma religião que ainda construía e lapidava seus preceitos teológicos e dogmáticos, durante os séculos IV e VI. Mais do que isso, que essa construção da ortodoxia cristã se fazia junto à estrutura de um poder político imperial bizantino. A aproximação do governo imperial com crenças religiosas já

era perceptível em períodos históricos pré-cristãos. Entretanto, a novidade era um império que se unia, através do modelo de poder do *basileus*, a uma única religião, monoteísta, exclusivista e cujos princípios dogmáticos ainda geravam acalorados (e por vezes, violentos) debates, tornando-se a única religião permitida no Império Bizantino, menos de um século após terem se cessado às perseguições a seus fiéis. Em outras palavras, o cristianismo entra no século IV como uma religião perseguida pelo Império, e sai deste mesmo século como a religião única de Bizâncio, protegida pelo governante máximo e cujas crenças viriam a compor, ao longo dos séculos seguintes, parte importante da identidade romana medieval.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes e Documentos

Eusébio de Cesareia, *Vida de Constantino*, Introdução, tradução e notas de Martín Gurruchaga, Editorial Gredos, Madrid, 1994.

Procópio de Cesareia, *História das Guerras. Guerra Gótica* (Uper Twn Polemon), *History of The Wars. The Gothic War*, English translate by H. B. Dewing, Havard University Press, Cambridge, Massachusetts, London, 2006.

Procópio de Cesareia, *História das Guerras. Guerra Persa* (Uper Twn Polemon), *History of The Wars. The Persian War*, English translate by H. B. Dewing, Havard University Press, Cambridge, Massachusetts, London, 1996.

Procópio de Cesareia, *Das Construções* (Περὶ Κτισμάτων), *On Buildings*, English translate by H. B. Dewing & Glanville Downey, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1954.

*The First Council of Nicea [The First Ecumenical Council] A.D. 325*. Henry R. Percival, ed., *The Seven Ecumenical Councils of the Undivided Church*, Vol XIV of Nicene and Post Nicene Fathers, 2nd series, edd. Philip Schaff and Henry Wace (repr. Edinburgh: T&T Clark; Grand Rapids MI: Wm. B. Eerdmans, 1988).

Percival, Henry R. ed., *The Seven Ecumenical Councils of the Undivided Church*, Vol XIV of Nicene and Post Nicene Fathers, 2nd series, edd. Philip Schaff and Henry Wace (repr. Edinburgh: T&T Clark; Grand Rapids MI: Wm. B. Eerdmans, 1988).

### Bibliografia secundária

Angold, Michael, *Bizâncio: a ponte da antiguidade para a Idade Média*, Imago, Rio de Janeiro, 2002.

Brown, Peter, *The World of Late Antiquity. AD 150-750*, W. W. Norton & Company, New York & London, 1971.

Cameron, Averil, *Procopius and the Sixth Century*, Duckworth, Londres, 1996.

- Dagron, Gilbert, *Empereur et prêtre; étude sur le "cesaropapisme" byzantin*, Éditions Gallimard, Paris, 1996.
- Ducellier, Alain, *Les Byzantines*, Histoire et culture, Éditions du Seuil, Paris, 1988.
- Geary, Patrick, *O mito das nações. A invenção do nacionalismo*, Conrad Editora do Brasil, São Paulo, 2005.
- Inowlocki, Sabrina; Zamagni, Claudio (Orgs.), *Reconsidering Eusebius: Collected Papers on Literary, Historical, and Theological Issues*, Brill, Leiden, Boston, 2011.
- Johnson, Aaron; Schott, Jeremy (Orgs.), *Eusebius of Caesarea: Tradition and Innovation*, Harvard University Press, Cambridge, 2013.
- Kaldellis, Anthony, *Procopius of Caesarea: Tyranny, History, and Philosophy at the End of Antiquity*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 2004.
- Maas, Michael, *Age of Justinian*, Cambridge University Press, Cambridge, 2005.
- Odahal, Charles M., *Constantine and the Christian Empire*, Routledge, London, New York, 2004.
- Runciman, Steven, *A Teocracia bizantina*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.
- Taveira, Celso, *O modelo político da autocracia bizantina; fundamentos ideológicos e significado histórico*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, Tese de doutorado.
- Treadgold, Warren, *The Early Byzantine Historians*, Palgrave Macmillan, Londres, 2010.
- Winkelman, Friedhelm, "Historiography in the Age of Constantine", In Marasco, Gabriele. (Org.). *Greek and Roman Historiography in Late Antiquity. Fourth to Sixth Century A.D.*, Brill, Leiden, 2003, pp. 3-41.